

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	12
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	13
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	14
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	29
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	30
2.5 Medições não contábeis	31
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	41
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	42
3.2 Acompanhamento das projeções	43

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	44
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	53
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	54
4.4 Processos não sigilosos relevantes	56
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	58
4.6 Processos sigilosos relevantes	59
4.7 Outras contingências relevantes	60
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	61
5.2 Descrição dos controles internos	62
5.3 Programa de integridade	63
5.4 Alterações significativas	66
5.5 Outras informações relevantes	67
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	68
6.3 Distribuição de capital	71
6.4 Participação em sociedades	
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	72
6.6 Outras informações relevantes	73
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	74
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	75
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	76
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	77
7.4 Composição dos comitês	81
7.5 Relações familiares	82
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	83
7.7 Acordos/seguros de administradores	84
7.8 Outras informações relevantes	85
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	86

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	87
8.3 Remuneração variável	90
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	91
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	92
8.6 Outorga de opções de compra de ações	93
8.7 Opções em aberto	94
8.8 Opções exercidas e ações entregues	95
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	96
8.10 Outorga de ações	97
8.11 Ações entregues	98
8.12 Precificação das ações/opções	99
8.13 Participações detidas por órgão	100
8.14 Planos de previdência	101
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	102
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	103
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	104
8.18 Remuneração - Outras funções	105
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	106
8.20 Outras informações relevantes	107
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	108
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	109
9.4 Outras informações relevantes	110
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	111
10.1 Descrição dos recursos humanos	113
10.2 Alterações relevantes	114
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	115
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	116
10.5 Outras informações relevantes	117
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	118

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	119
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	131
11.3 Outras informações relevantes	132
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	133
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	134
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	135
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	136
12.5 Mercados de negociação no Brasil	137
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	138
12.7 Títulos emitidos no exterior	139
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	140
12.9 Outras informações relevantes	141
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	142
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	143
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

A Companhia, originalmente parte do grupo Novonor, foi fundada em 27 de dezembro de 2013, com o objeto de explorar, sob regime de concessão, o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 Km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km da BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado de Mato Grosso, entre eles a Capital Cuiabá ("Sistema Rodoviário").

Em 12 de março de 2014, a Companhia e a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), após ter vencido o leilão ao propor a menor tarifa de pedágio sem comprometer os investimentos previstos, apresentando uma tarifa de R\$ 2,638 por eixo, com data base de 2012, assinaram o Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário, decorrente do edital de concessão nº 003/2013, com vigência de 30 anos contados da data de assunção.

Em 21 de março de 2014, a Companhia assumiu a concessão da BR-163/MT, como parte da terceira etapa do Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal, lançado em 2012. Por meio do programa, foi possível captar investimentos para alavancar a qualidade das rodovias federais de grande importância logística para o país. Ao longo dos 30 anos de concessão, cerca de R\$ 6,8 bilhões constavam no plano de investimentos para o Sistema Rodoviário, que é a principal rota de escoamento da safra de grãos do estado de Mato Grosso, principal produtor nacional.

Além da duplicação de 453,6 km de pistas sob a responsabilidade da Companhia, dos quais foram duplicados 117,4 km, há obrigação de construção de dispositivos como pontes, viadutos, passagens inferiores, trevos em nível, correções de traçados, passarelas e entroncamentos no Sistema Rodoviário. A conservação e manutenção de toda a rodovia é contínua.

Em 06 de setembro de 2015, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio, sendo reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e demais fatores contratuais de desempenho uma vez por ano.

No dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação" ou "TAC"), condicionado a troca de controle acionário da Companhia com a MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR"), sociedade de economia mista cujo acionista majoritário é o Estado de Mato Grosso.

O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

No dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da Companhia e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação.

1.1 Histórico do emissor

Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da Companhia para a MTPAR na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382 publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações cujo objetivo foi a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A. para a MTPAR.

No dia 02 de maio de 2023, foi concluída a transferência da totalidade das ações, e em seguida no dia 03 de maio de 2023, a ANTT, por meio do Ofício SEI nº 13749/2023/DG-ANTT, atestou o atendimento pela Nova Rota da totalidade das condicionantes de eficácia do TAC Plano de Ação.

Após a entrada em vigor do TAC Plano de Ação em 8 de maio de 2023, a tarifa média de pedágio nas praças do Sistema Rodoviário concedido sofreu um reajuste médio de 17,5%, que vinha mantendo-se estável desde setembro de 2018. O reajuste foi aprovado pela Deliberação nº 33/2023, datada de 10 de fevereiro de 2023, em conformidade com a Cláusula 3.1, "v" do TAC.

Em 12 de junho de 2023 foi homologada pela Câmara de Comércio Internacional ("CCI") a Sentença Arbitral conforme o acordo entabulado entre a Concessionária e a ANTT, nos termos da cláusula décima-quarta do TAC Plano de Ação, assim extinguindo, definitivamente, o Procedimento Arbitral instaurado pela Concessionária.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regramento do TAC, em 16 de dezembro de 2022 a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC. O pedido de suspensão apresentado pela ANTT foi analisado pelos Ministros relatores de cada um dos processos e deferido conforme acórdãos: Acórdão nº 1111/2023 (TC 023.217/2015-4) e Acórdão nº 1100/2023 (TC 032.830/2016-5). Desta forma, atualmente o passivo regulatório está suspenso até o cumprimento do TAC, no prazo de 08 anos conforme cronograma.

Em resumo, o TAC e a troca de controle acionário permitiram que a Concessionária siga prestando seus serviços aos usuários da BR-163/MT com a garantia da retomada imediata das obras de ampliação e melhorias ao Sistema Rodoviário. Sob a nova alcunha de "Nova Rota do Oeste", a Concessionária reforça seu compromisso com a população do Estado de Mato Grosso e garante a execução de suas obrigações sob o prisma do interesse público.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico ("SPE") e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro 2013 e iniciou suas operações de arrecadação de pedágio em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão o Sistema Rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e MT-407 entre os municípios Itiquira (MT) e Sinop (MT), trecho com extensão de 850,9 quilômetros.

Ao todo, 19 municípios estão compreendidos na extensão da BR-163/MT, entre eles a capital Cuiabá, Rondonópolis, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, cidades que são principais polos produtores agrícolas do Estado de Mato Grosso, líder na produção de grãos e leguminosas.

Entre Rondonópolis (km 115 – BR-163) e o Posto Gil (km 507 – BR-163), a BR-163/MT é sobreposta pela BR-364/MT, rodovia diagonal que se inicia no Estado de São Paulo e termina no Estado do Acre. No trecho em que as duas rodovias se sobrepõem, prevalecem os marcos quilométricos da BR-364, segundo convenção estipulada –pelo Departamento Nacional de Transportes Terrestres ("DNIT") no Sistema Nacional Viário ("SNV") por força normativa da Lei Federal Nº 12.379/2011.

Em 21 de março de 2014, a Companhia assumiu a administração da rodovia, por meio do Contrato de Concessão firmado com o Governo Federal, com validade de 30 anos. O seu maior desafio é tornar a BR-163/MT no corredor logístico estratégico mais seguro do Brasil, que é a principal via rodoviária de escoamento da produção agroindustrial da região Centro-Oeste do país, por onde passam uma média diária de 79 mil veículos, dos quais 58% são Veículos Pesados, conforme dados do ano de 2023.

O investimento total a ser realizado conforme o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com início em maio de 2023, abarca 336 km de duplicação, 34 obras de arte especiais (pontes, trevos, viadutos, entre outros), passarelas e a recuperação completa de todas as pistas existentes entre a divisa com o Mato Grosso do Sul e o município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito-fechado de TV, 850 km de fibra óptica, aparelhos de sensoriamento de pista, antenas repetidoras, e postos de pesagem distribuídos ao longo da Concessão, entre outras obrigações.

São disponibilizados pela Companhia serviços de atendimento aos Usuários, 18 bases operacionais ao longo dos 850,9 km de concessão, e foi iniciada em setembro de 2014, entre eles a disponibilização de 16 ambulâncias de resgate, e 5 UTI's com médicos, 25 viaturas de inspeção de tráfego, 21 guinchos para atendimento a veículos de passeio (guinchos-leve) e 11 para atendimento especializado a caminhões e outras cargas pesadas (guinchos-pesados), de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste, 10 carreta de PMV e 5 veículos para apreensão de animais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Toda esta estrutura está disponível a todos os Usuários da Rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

- No ano de 2023, foram registradas 66.778 ligações para o serviço 0800, e 119.729 ocorrências, das quais resultaram os acionamentos de recursos, destacando-se:
- 72.411 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
- 22.584 acionamentos para remoção de veículos;
- 8.039 acionamentos de ambulâncias.

Para viabilizar a realização de todas as obras e a prestação dos serviços de atendimento, conforme previsto no Contrato de Concessão, foi iniciada a arrecadação do pedágio na BR-163/MT em 06 de setembro de 2015. O mapa a seguir ilustra a localização do trecho da rodovia administrada pela Companhia:



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.5 Principais clientes

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

d) Contribuições financeiras efetuadas direta ou por meio de terceiros a partidos políticos, ocupantes de cargos políticos ou candidatos a cargos políticos;

A Companhia não realiza contribuições financeiras para partidos políticos, ocupantes de cargos políticos ou candidatos a cargos políticos, tampouco permite que terceiros o façam em seu nome.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) A Concessionária, até 31 de dezembro de 2023, não divulgou nenhum relatório de informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), uma vez que tal obrigatoriedade não estava prevista no contrato de concessão. No entanto, estamos iniciando uma jornada para elaborar nosso primeiro relatório de sustentabilidade (ASG), previsto para outubro de 2024, com referência ao ano calendário de 2023.

b) Quando realizarmos nosso relatório em 2024, seguiremos os indicadores da GRI (Global Reporting Initiative).

c) Nosso relatório não será auditado. Nesta primeira edição, o objetivo é promover a evolução nas estratégias e gestão ASG.

d) Quando o relatório estiver pronto, será publicado no site da empresa, em www.rotadooeste.com.br.

e) Quando o relatório estiver pronto, teremos uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

f) Quando pronto, o relatório incluirá os ODS relevantes para o nosso negócio.

g) Determinados elementos, não estão dentro do escopo da consultoria que nos está assessorando na elaboração do relatório.

h) Atualmente, a Nova Rota não realiza esse tipo de inventário.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, o emissor não se enquadra como Sociedade de Economia Mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal de seus negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 02 de maio de 2023, a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR") efetuou a aquisição total das ações (100%) do capital social do antigo controlador, a empresa OTP Rodovias S.A., consolidando assim a transferência integral do controle da companhia para a MTPAR, uma sociedade de economia mista, tendo o Governo do Estado de Mato Grosso como seu sócio majoritário, conforme estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Ações entre as partes.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC"), ocorreu um aumento de capital por parte do novo controlador, resultando em uma posição acionária da nova Controladora MTPAR de 2.031.810.533 ações em 08 de agosto de 2024, conforme detalhado no item 6.1 deste Formulário de Referência.

1.13 Acordos de acionistas

Não houve celebrações, modificações ou extinções de acordos de acionistas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Conforme já mencionado nos itens anteriores 1.1 e 1.12, o ano de 2023 foi marcado pela troca de controle acionário e pelo início da execução do Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC Plano de Ação"), permitindo a conservação do contrato original, evitando gastos adicionais com novos estudos de viabilidade, e possibilitando a reestruturação econômico-financeira da Companhia e o reinício imediato das obras de ampliação e melhorias ao Sistema Rodoviário.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No dia 02 de maio de 2023 os antigos credores do emissor cederam integralmente ao “MTPar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados” os direitos creditórios do endividamento da companhia, tornando-se Credor único da Nova Rota, conforme condições do “Instrumento Particular De Termo De Compromisso E Outras Avenças” assinado entre as partes em abril de 2023.

Em dezembro de 2023 a Companhia e o Credor assinaram um sumário de termos e condições (“Term Sheet”) com objetivo de descrever as principais condições da reestruturação das dívidas cedidas. Neste documento o Credor reitera que, durante o prazo da renegociação ou refinanciamento das dívidas cedidas, não haverá incidência de juros, multa ou encargos para a Nova Rota no âmbito da dívida cedida.

A Companhia entende que essa operação alivia a pressão sobre liquidez e fortalece a reestruturação econômico-financeira de sua condição patrimonial, um dos pilares do TAC (Termo de ajustamento de conduta) assinado com o Poder Concedente.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção do Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Todos os valores expressos em reais a seguir estão divididos em mil unidades de moeda, exceto quando especificamente indicado outra medida.

Como condição de eficácia da troca de controle acionário da Companhia, os Credores da Concessionária realizaram a quitação de suas obrigações com a Nova Rota mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado do controlador ("MTPAR FIDC NP"). O instrumento que rege os termos e condições entre a Companhia e a MTPAR FIDC NP está em negociação, sua conclusão está vinculada a nova captação de recursos juntos ao novo financiamento que a Nova Rota está buscando.

Em 31 de dezembro de 2023, o Ativo Circulante da Companhia excede o Passivo Circulante em R\$ 561.680 (31 de dezembro de 2022, o Passivo Circulante excedeu o seu Ativo Circulante em R\$ 931.063), em virtude da negociação realizada com os Credores da Companhia para a eficácia da troca de controle acionário.

b) estrutura de capital;

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao endividamento líquido dividido pelo Capital Social total. O endividamento líquido, por sua vez, corresponde ao total do Passivo Oneroso da Companhia (inclui empréstimos e financiamentos, além dos passivos de arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos) líquidos do saldo no Ativo de caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras do excedente de caixa).

Em 31 de dezembro de 2023 a dívida líquida da Concessionária foi de R\$ 436.309, uma redução de 46,6% em comparação com o ano anterior de 2022, no qual totalizou R\$ 936.005. Essa diferença deve-se principalmente ao aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento e de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 estão resumidos na Tabela abaixo.

Gestão de Capital - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	1.008.727	953.074	950.262
Arrendamento mercantil operacional	9.976	10.479	11.848
Caixa e equivalentes de caixa	-582.394	-27.548	-76.788
Dívida líquida	436.309	936.005	885.322
Total do patrimônio líquido	1.861.174	489.405	407.395
Total do capital próprio e de terceiros	2.297.483	1.425.410	1.292.717
Índice de alavancagem financeira - %	19%	66%	68%

Tabela 1. Indicadores de Gestão de Capital da Nova Rota. Elaboração própria.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A rubrica "Patrimônio Líquido" corresponde à soma dos saldos das contas de Capital Social, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados e o Resultado do Exercício Corrente.

A rubrica "Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos das contas de Empréstimos e Financiamentos, e Arrendamento Mercantil Operacional, de curto e longo prazos, subtraído do montante dos saldos das contas de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

A diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital é reflexo de seu atual contexto, e que envida todos seus esforços no endereçamento de seus passivos financeiros para cumprir com seus compromissos diante fornecedores, Acionista, Usuários da Rodovia e Poder Concedente.

A Administração informa que não existem captações em moedas estrangeiras.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Conforme exposto no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis do exercício social de 2023, o Ativo Circulante da Companhia excede o passivo circulante em R\$ 561.680. Esse resultado é atribuído principalmente à renegociação da dívida e ao aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Na Tabela abaixo segue demonstrado os indicadores de liquidez da Companhia nos três últimos exercícios sociais. Conforme a literatura acadêmica, o patamar desejado para os indicadores de liquidez são os mais próximos de 01 (um) unidade.

Liquidez Corrente - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
a) Ativo Circulante	648.680	72.526	119.319
b) Passivo Circulante	87.000	1.003.589	1.114.721
Índice de Liquidez Corrente (a/b)	7,46	0,07	0,11

Liquidez Imediata - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
a) Caixa e Equivalentes de Caixa	582.394	27.548	76.788
b) Passivo Circulante	87.000	1.003.589	1.114.721
Índice de Liquidez Imediata (a/b)	6,69	0,03	0,07

Tabela 2. Indicadores de Liquidez da Nova Rota. Elaboração própria.

Após a eficácia do TAC e a troca de controle acionário, os indicadores de liquidez da Companhia demonstram um aumento significativo. Neste cenário, a Diretoria da empresa está confiante de que a Nova Rota dispõe de recursos financeiros e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

A Companhia financiou os investimentos iniciais para implantação operacional previstos no Contrato de Concessão por meio da captação de recursos provenientes dos acionistas (aportes de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

capital), contratos de financiamento de curto prazo (empréstimo-ponte), além dos recursos provenientes do fluxo de caixa operacional.

Em 02 de maio de 2023 foi quitado o Endividamento antigo da Companhia, mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado ("MTPAR FIDC NP") da nova controladora MTPAR.

Para os investimentos previstos no TAC Plano de Ação, a Companhia utilizará dos aportes de capital recebidos pela nova controladora, dos recursos provenientes do fluxo de caixa operacional, além de fonte de recursos de terceiros em financiamento de longo prazo a ser contratado.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

A Administração da Companhia não apresenta em seu planejamento contratação de novas Dívidas de curto prazo.

f) níveis de endividamento e características das dívidas;

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

CEF – Empréstimo Ponte

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal ("CEF") assinaram o contrato de financiamento no 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidiriam juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Ao longo dos anos, a Companhia realizou pagamentos parciais de amortização do saldo devedor junto a CEF. Maiores detalhes foram descritos nas demonstrações financeiras anteriores da Companhia.

O vencimento original do Contrato de Financiamento estava previsto para 20 de fevereiro de 2017. As partes celebraram vários aditivos contratuais prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo, que permaneceu vencido de maio de 2019 até maio de 2023, quando ocorreu a quitação do saldo devedor como condição de eficácia da troca de controle acionário da Companhia em 02 de maio de 2023.

A partir da eficácia da troca de controle o Credor realizou a quitação do saldo devedor junto a Nova Rota mediante a Sub-rogação das obrigações de seu contrato para o novo Credor MTPAR FIDC NP. Conforme descrito na nota explicativa nº 01 da Demonstração Financeira Anual de 2023, o instrumento que rege os termos e condições entre a Companhia e o novo Credor do passivo financeiro cedido está em negociação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento integral da dívida do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, em decorrência disso se sub-rogaram na qualidade de Credores da Nova Rota para todos os fins de direito.

Ao longo dos anos, a Companhia realizou pagamentos parciais aos Bancos sub-rogadores, de acordo com instrumentos contratuais acordados com os Credores. Maiores detalhes foram descritos nas demonstrações financeiras anteriores da Companhia.

Em 02 de maio de 2023 as obrigações da Companhia junto aos credores foram quitadas mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado do controlador ("MTPAR FIDC NP"). Dessa forma, o MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota.

MTPAR FIDC NP

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Conforme descrito na nota explicativa nº 01 da Demonstração Financeira Anual de 2023, o instrumento que regerá os termos e condições entre a Companhia e a MTPAR FIDC NP está em negociação.

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

III. grau de subordinação entre as dívidas;

Anteriormente, os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detinham como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia à época, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Concessão.

Com a cessão e sub-rogação dos créditos dos antigos credores para o novo credor, a Companhia não possui bens ou direitos dados como garantias reais ou fidejussórias.

IV. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

Com a quitação das obrigações da Companhia junto aos credores, mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado do controlador ("MTPAR FIDC NP"), não temos mais nenhuma restrição relacionada ao tema destacado.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

A tabela a seguir apresenta os saldos do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Empréstimos e Financiamentos	Moeda	Encargos financeiros anuais	2023	2022	2021
Empréstimo Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP + 3,5%	-	323.785	333.343
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A.	R\$	DI + 5,20%	-	28.068	28.925
Empréstimo Banco Crédit Agricole Brasil S	R\$	DI + 5,20%	-	114.295	117.782
Empréstimo Banco do Brasil	R\$	DI + 5,20%	-	149.769	139.542
Empréstimo Banco Itaú S.A.	R\$	DI + 2,10%	-	78.670	81.877
Empréstimo Banco Pine S.A.	R\$	DI + 5,20%	-	79.567	81.994
Empréstimo ING BANK N. V.	R\$	DI + 5,20%	-	178.920	166.799
MTPAR FIDC NP	R\$	Em negociação	1.008.727	-	-
			1.008.727	953.074	950.262

Tabela 3. Relação de Credores e Saldos de Endividamento da Nova Rota. Elaboração própria.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa;

Na Tabela abaixo é demonstrado o Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 e a análise horizontal ("AH") dos exercícios.

Demonstração do Resultado (em milhares de reais, exceto percentuais)

Demonstração do Resultado	2023	2022	2021	AH 2023X2022	AH 2022X2021
Receita líquida	1.059.961	635.296	610.926	66,8%	4,0%
Custo dos serviços	(671.339)	(382.020)	(379.148)	75,7%	0,8%
Lucro bruto	388.622	253.276	231.778	53,4%	9,3%
Despesas Gerais e administrativas	(53.502)	(44.593)	(42.191)	20,0%	5,7%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.969	881	(3.587)	123,5%	(124,6%)
Lucro (prejuízo) operacional	337.089	209.564	186.000	12,7%	12,7%
Receitas financeiras	44.798	3.914	3.722	1045,6%	5,2%
Despesas financeiras	(82.138)	(140.137)	(140.228)	(41,4%)	(0,1%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro, líquido	(37.340)	(136.223)	(136.506)	(72,6%)	(0,2%)
Lucro antes do IR e CSLL	299.749	73.341	49.494	308,7%	(48,2%)
IR e CSLL corrente	(39.083)	(6.876)	(6.254)	468,4%	9,9%
IR e CSLL diferido	(18.650)	(3.431)	1.605	443,6%	(313,8%)
Lucro (prejuízo) do exercício	242.016	63.034	44.845	283,9%	40,6%
Lucro (prejuízo) por qtd. Ações (R\$)	234,52	161,38	120,20	45,3%	34,3%

Tabela 4. DRE dos últimos três exercícios sociais da Nova Rota. Elaboração própria.

A receita líquida da Companhia aumentou 66,8% em 2023, quando comparada a 2022, passando de R\$ 635.296 para R\$ 1.059.961, oriundos da arrecadação de pedágio, pelas receitas acessórias e receita de construção, conforme ICPC 01-R1.

Os custos dos serviços da Companhia aumentaram 75,7% em 2023, frente ao ano de 2022, passando de R\$ 382.020 para R\$ 671.339, em função da retomada dos Investimentos, da variação das contas de Materiais e Gastos Gerais devido à correção dos preços pela inflação, e da paralisação na constituição de Provisão de Conserva Especial conforme ICPC-01.

As Receitas Financeiras em 2023 apresentaram um aumento de 1045,6%, quando comparado a 2022, em razão de maior resultado do aumento do saldo de caixa aplicado em instrumentos financeiros de baixo risco e liquidez diária, devido ao aporte de R\$ 690 milhões quando da eficácia do TAC pelo novo controlador.

As Despesas Financeiras apresentaram uma redução em 2023 de 41,4% em comparação ao ano de 2022, resultado do reperfilamento do Passivo Financeiro da Companhia perante 07 (sete) instituições financeiras. Após a Troca de Controle, o passivo financeiro passou a ser devido ao MTPAR FIDC NP em termos e condições que seguem em negociação.

A Companhia registrou um lucro societário no exercício 2023 no valor de R\$ 242.016, aumento de 283,9% quando comparado a 2022 em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ativo	2023	2022	2021	AH 2023X2022	AH 2022X2021
Caixa e equivalentes de caixa	582.394	27.548	76.788	2014,1%	(64,1%)
Contas a receber	41.720	28.420	23.640	46,8%	20,2%
Contas a receber - partes relacionadas	-	148	-	(100,0%)	-
Tributos a recuperar	5.357	3.144	8.929	70,4%	(64,8%)
Despesas antecipadas	7.183	5.658	3.981	27,0%	42,1%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outros ativos	12.026	7.608	5.978	58,1%	27,3%
Circulante	648.680	72.526	119.316	794,4%	(39,2%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.997	26.647	30.078	(70,0%)	(11,4%)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	382	0%	(100,0%)
Despesas antecipadas	10.473	-	30	0%	(100,0%)
Depósitos judiciais	1.555	3.251	1.982	(52,2%)	64,0%
Tributos a recuperar	2.815	2.493	2.303	12,9%	8,3%
Imobilizado	2.569	1.529	2.264	68,0%	(32,5%)
Intangível	2.415.584	2.020.248	1.996.789	19,6%	1,2%
Não circulante	2.440.993	2.054.168	2.033.828	18,8%	1,0%
Total do ativo	3.089.673	2.126.694	2.153.144	45,3%	(1,2%)

Tabela 5. Ativo dos últimos três exercícios sociais da Nova Rota. Elaboração própria.

O Ativo Circulante da Companhia aumentou 794,4% em 31 de dezembro de 2023, quando comparado a 2022, passando de R\$ 72.526 em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 648.680 em 2023, essa diferença deve-se principalmente ao aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022	2021	AH 2023X2022	AH 2022X2021
Fornecedores	48.843	17.547	18.961	178,4%	(7,5%)
Fornecedores - partes relacionadas	-	389	109.595	(100,0%)	(99,6%)
Empréstimos e financiamentos	-	953.074	950.262	(100,0%)	0,3%
Arrendamento mercantil operacional	6.630	5.244	9.053	26,4%	(42,1%)
Salários e encargos sociais	16.399	12.062	12.572	36,0%	(4,1%)
Tributos a pagar	12.972	8.269	11.178	56,9%	(26,0%)
Outros passivos	2.156	7.004	3.100	(69,2%)	125,9%
Circulante	87.000	1.003.589	1.114.721	(91,3%)	(10,0%)
Fornecedores	16.321	3.979	4.356	310,2%	(8,7%)
Empréstimos e financiamentos	1.008.727	-	-	0,0%	0,0%
Arrendamento mercantil operacional	3.346	5.235	2.795	(36,1%)	87,3%
Mútuos - partes relacionadas	-	456.138	466.190	(100,0%)	(2,2%)
Provisão para contingências	7.393	2.684	3.235	175,4%	(17,0%)
Provisão de conserva especial	101.521	126.746	150.899	(37,6%)	7,9%
Tributos a pagar	2.504	-	-	0,0%	0,0%
Outros passivos	1.687	2.918	3.553	(42,2%)	(17,9%)
Não circulante	1.141.499	633.700	631.028	80,1%	0,4%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital social	1.521.811	392.058	373.082	288,2%	5,1%
Reserva de incentivo fiscal	83.936	39.887	25.554	110,4%	56,1%
Reserva de lucros	255.427	57.460	8.759	344,5%	556,0%
Patrimônio Líquido	1.861.174	489.405	407.395	280,3%	20,1%
Total do Passivo e do PL	3.089.673	2.126.694	2.153.144	45,3%	(1,2%)

Tabela 6. Passivo dos últimos três exercícios sociais da Nova Rota. Elaboração própria.

O Passivo Circulante da Companhia diminuiu 91,3% em 31 de dezembro de 2023, frente ao saldo de 2022, com destaque para a linha de empréstimos, onde o valor foi transferido do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante após a renegociação da dívida com os credores.

O Passivo Não Circulante da Companhia obteve um aumento de 80,1% em 31 de dezembro de 2023, frente ao saldo de 2022. Esse aumento é atribuído a vários fatores: (i) incremento da linha de empréstimos, que foi transferida do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante após a renegociação da dívida com os credores; (ii) diminuição na Provisão de Conserva Especial, que passou por revisão e congelamento de provisões; (iii) quitação parcial de saldo dos mútuos e integralização do saldo remanescente dos mútuos no Capital Social da Companhia.

O Patrimônio Líquido da Companhia aumentou 280,3% em 31 de dezembro de 2023, frente a 2022, passando de R\$ 489.405 para R\$ 1.861.174, tal variação deve-se a compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores e aumento no Capital Social.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial;

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita líquida (em milhares de reais, exceto percentuais)

Exercício Social	2023	2022	2021	AH 2023X2022	AH 2022X2021
Receita de construção ICPC 01-R1	453.854	153.671	150.453	195,3%	2,1%
(i) Receitas em numerário	75.045	97.695	121.598	(23,2%)	(19,7%)
(ii) Receitas de AVI ¹	456.756	344.167	307.747	32,7%	11,8%
(iii) Receitas de vale pedágio	121.709	77.838	67.585	56,4%	15,2%
Receitas acessórias	7.158	5.384	5.001	32,9%	7,7%
Receita de Operação (i + ii + iii + iv)	660.668	525.084	501.931	25,8%	4,6%
Receita total	1.114.522	678.755	652.384	64,2%	4,0%
Tributos sobre serviços de operação	(54.514)	(43.411)	(41.420)	25,6%	4,8%
Outras deduções	(47)	(48)	(38)	(2,1%)	26,3%
Receita líquida	1.059.961	635.296	610.926	66,8%	4,0%

A Diretoria informa que a Receita de Operação da Companhia é a soma da Receita de Arrecadação de Pedágio, advinda do reconhecimento do tráfego pedagiado em (i) pistas manuais (Receitas em numerário e Vale Pedágio), (ii) pistas automáticas (Receitas de AVI); e das Receitas Acessórias, oriundas da exploração comercial da Faixa de Domínio do Trecho sob concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encerrou o exercício social com aumento de 195,3% de receita de construção ICPC 01 – Contratos de concessão totalizado em R\$ 453.854, frente ao ano anterior foi de R\$ 153.671, reflexo da retomada imediata das obras após a efetivação do TAC.

No ano de 2023, a Companhia registrou um aumento de 25,8% nas Receitas de Operação, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao crescimento do tráfego de veículos pagantes (VEP) e os reajustes tarifários.

Adicionalmente, a Receita Líquida em 2023 atingiu R\$ 1.059.961, crescimento de 66,8%, face ao mesmo período de 2022.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

¹ Do inglês *Automatic Vehicle Identification*, receitas de pistas automáticas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 2023, o tráfego pagante (VEP) alcançou um total de 115.061 mil, um crescimento de 5,5% comparado ao ano de 2022. O tráfego do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

Dentre outros fatores, explica-se o aumento no fluxo de Tráfego de Pesados em 2023 devido, ao aumento de 15,6% da exportação do Estado do Mato Grosso em 2023 comparado a 2022², segundo dados do sistema Comex, consequência do aumento na produção de 45,3% em Soja, 52,5% em Milho e 5,6% em Algodão, na safra 22/23 frente a safra 21/22³.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

Em 2023, tivemos dois reajustes tarifários vigente nas Praças de Pedágio da Rodovia ocorridos nos dias 08 de maio e 06 de setembro que elevaram a Tarifa Média de 2022 em 18,3% para o ano de 2023.

Não houve variações relevantes de receitas decorrentes da introdução de novos produtos ou serviços e taxas de câmbio.

Quanto ao volume de demanda, foi mencionado no item anterior o crescimento do tráfego pagante no Trecho sob concessão.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

Além dos reajustes tarifários e de contratos de prestação de serviço dos fornecedores da Concessionária, não houve impactos relevantes na variação dos indicadores mencionados.

² Base de dados "Comex Stat" (Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil) em dez/2023.

³ Boletim de Oferta e Demanda divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada ("IMEA") em set/2023.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Diretoria informa que as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela CVM, e até o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve efeitos significativos nas práticas contábeis para elaboração das demonstrações financeiras no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Companhia.

A Companhia possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2017.

O relatório do auditor independente relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contém ênfase referente a concretização da transferência do controle acionário da Companhia em 02 de maio de 2023, que resultou em: (i) aumento e integralização de capital social; (ii) situação de suficiência de capital circulante líquido; (iii) suspensão pela Agência Nacional de Transportes Terrestres dos processos relacionadas a autos de infração em fase administrativa; e (iv) eficácia do Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Plano de Ação para a retomada dos investimentos e do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme divulgação das demonstrações financeiras e do parecer de auditoria independente, não houve ressalvas indicadas no relatório de auditoria.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Diretoria informa que não houve introdução ou alienação de segmento operacional que impactassem as demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02 de maio de 2023, a MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR"), concluiu a aquisição da Companhia e se tornou proprietária da totalidade de ações (100%) do capital social após o atendimento das condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento previstos no contrato de compra e venda de ações celebrados com OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias").

c) eventos ou operações não usuais

A Diretoria informa que, ressalvados itens anteriormente mencionados quanto ao aumento no fluxo de tráfego de veículos, não houve eventos ou operações não usuais que impactassem as demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Conforme mencionado nos itens 1.1, 1.12, 1.14 e 2.1, o TAC Plano de Ação prevê na Cláusula 4.4 que, dentro de 1 (um) ano após o início de sua eficácia, as partes celebrariam termo aditivo tendo como objeto: (i) a ampliação do prazo do Contrato de Concessão por 5 (cinco) anos, por interesse público e o (ii) estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a rodovia concedida, ainda que tenham sido autorizadas anteriormente à assinatura do presente TAC.

Com objetivo de atender ao disposto na cláusula 4.4 do TAC, e conforme a Deliberação da Diretoria nº 114 de 30 de abril de 2024, foi celebrado entre a ANTT e a Nova Rota, em 03 de maio de 2024, o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2013, que tem por objeto incluir a Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia (“Anexo 11”), a inclusão da subcláusulas 21.2.22 ao Contrato de Concessão, e a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por 5 (cinco) anos.

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
a) Regras sobre retenção de lucros	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: A Companhia gerou no exercício de 2023 um lucro líquido no valor de R\$ 242.016 mil, o qual foi destinado para a conta de Reserva Legal, Reserva de Investimento, Reserva de Incentivo Fiscal e Dividendos a Distribuir.	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: Em decorrência da retenção de lucros para absorção de prejuízos anteriores, não houve distribuição de dividendos. A Companhia gerou no exercício de 2022 lucro no valor de R\$ 63.033.973,75 sendo que parte desse lucro foi para Reserva Legal e o restante foi destinado a Reservas de Investimento necessários no plano de investimento da Companhia.	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: Em decorrência da retenção de lucros para absorção de prejuízos anteriores, não houve distribuição de dividendos. A Companhia gerou no exercício de 2021 lucro no valor de R\$ 44.844.077,33 sendo que parte desse lucro foi para Reserva Legal e o restante para absorver prejuízos acumulados de exercícios anteriores, portanto não haverá distribuição de dividendos.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.
d) Eventuais restrições às distribuições de dividendos	Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de Dividendos não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral de Acionistas ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar o seu parecer sobre os documentos apresentados e situação econômica da Companhia e a Administração encaminhará à	Em função da restrição existente no Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças a companhia obriga-se a não distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida	Em função da restrição existente no Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças a companhia obriga-se a não distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida

2.7 Destinação de resultados

	Comissão de Valores Mobiliários a exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral de Acionistas, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de sua realização.	subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.	subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidas as eventuais participações no resultado, haverá a distribuição de 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social e de, no mínimo, dividendos anuais obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>O Estatuto Social pode ser acessado em: https://ri.rotadooeste.com.br/Default.aspx</p>		

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- I. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- II. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- III. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- IV. contratos de construção não terminada, (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Diretoria informa que à Companhia não possui ativos e passivos detidos que não sejam registradas nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria informa que à Companhia não possui outros itens relevantes que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar as receitas e despesas, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar a natureza e propósito da operação, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar a natureza, obrigações e direitos em decorrência da operação, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A Diretoria informa que até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu, montante acumulado de R\$ 2.718.446 mil, em obras, melhoria em infraestrutura, equipamentos e veículos. Abaixo estão detalhados as obras e serviços executados no ano de 2023 e concentrações dos próximos anos.

Obras continuadas em 2023

- Recuperação da Ponte sobre o Rio Vermelho (BR-163/MT Km 120,9 | BR-364/MT Km 202)
- Implantação da passarela em Rondonópolis (BR-163/MT Km 124,7 | BR-364/MT Km 205,8)

Obras iniciadas em 2023

- Duplicação e recuperação da pista existente entre o Posto Gil a Nova Mutum (BR-163/MT Km 507,1 ao 593,68).
- Adequação de Parâmetros 60 meses: km 0 ao 130 da BR-163/MT.
- Adequação de Parâmetros 09 meses: Restauração de Pavimento nos segmentos:
 - BR-163/MT Km 321 ao Km 349,6 (BR-070/MT Km 495,9 ao Km 524);
 - BR-163/MT Km 353,5 ao Km 462,68 (BR-364/MT Km 434,6 ao Km 543,2);
 - BR-163/MT Km 594 ao Km 855.
- Adequação Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis da BR-163/MT Km 130,2 ao 188,8 (BR-364/MT do Km 211,3 ao 269,9).
- Implantação do Sistema de Atendimento ao Usuário, base SAU 04 da BR-163/MT 167,2.
- Implantação do Sistema de Atendimento ao Usuário, base SAU 05 da BR-163/MT 212,5.
- Implantação do Sistema de Atendimento ao Usuário, base SAU 07 da BR-163/MT 303,4.
- Reforma e adequação do layout do posto de fiscalização PRF 06 de Diamantino da BR-163/MT Km 506,8 (BR-364/MT Km 587,9).
- Reforma e adequação do layout da sala do usuário SAU 01 da BR-163/MT Km 23,1.
- Reforma e adequação do layout da sala do usuário SAU 02 da BR-163/MT Km 73.

Obras concluídas em 2023

- Recuperação da Ponte sobre o Rio Vermelho da BR-163/MT Km 120,9 (BR-364/MT Km 202).
- Implantação da passarela em Rondonópolis da BR-163/MT Km 124,7 (BR-364/MT Km 205,8).
- Adequação de Parâmetros 09 meses: Restauração de Pavimento nos segmentos:
 - BR-163/MT Km 321 ao Km 349,6 (BR-070/MT Km 495,9 ao Km 524);
 - BR-163/MT Km 353,5 ao Km 462,68 (BR-364/MT Km 434,6 ao Km 543,2);
 - BR-163/MT Km 594 ao Km 855.

2.10 Planos de negócios

- Reforma e adequação do layout do posto de fiscalização PRF 06 de Diamantino da BR-163/MT Km 506,8 (BR-364/MT Km 587,9).
- Reforma e adequação do layout da sala do usuário SAU 01 da BR-163/MT Km 23,1.
- Reforma e adequação do layout da sala do usuário SAU 02 da BR-163/MT Km 73.

Obras previstas para 2024

- Duplicações no trecho compreendido entre Nova Mutum a Lucas do Rio Verde Posto Gil a Nova Mutum (BR-163/MT Km 601,12 ao Km 681,74).
- Duplicação no trecho compreendido entre Cuiabá a Várzea Grande (BR-163/MT 321,3 ao 328,3).
- Construção de três interconexões Diamantes em Diamantino e Sinop:
 - Diamantino (BR-163/MT Km 544);
 - Diamantino (BR-163/MT Km 593,6);
 - Nova Mutum (BR-163/MT Km 599).
- Retorno em desnível em Lucas do Rio Verde:
 - Retorno em desnível (BR-163/MT Km 602).
- Construção de três passarelas:
 - Lucas do Rio Verde (BR-163/MT Km 688);
 - Lucas do Rio Verde (BR-163/MT Km 595,6);
 - Sorriso (BR-163/MT Km 752,9).
- Construção de três bases SAU:
 - SAU 09 - Acorizal (BR-163/MT Km 400,5, sentido norte);
 - SAU 10 - Rosário Oeste (BR-163/MT Km 451,2 sentido norte);
 - SAU 11 - Nobres (BR-163/MT Km 496,7 sentido norte).
- Reforma do posto de fiscalização da ANTT:
 - Posto ANTT - Sinop (BR-163/MT Km 400,5, sentido norte);
- Implantação de 50 km de cabos de fibra ópticas e 35 unidades de CFTV, Sistema de Circuito Fechado, até maio de 2024.
- Implantação de 165 km de cabos de fibra ópticas e 40 unidades de CFTV, Sistema de Circuito Fechado, até dezembro de 2024.
- Continuidade da obra de Adequação de Parâmetros 60 meses: km 0 ao 130 BR-163/MT
- Adequação de Parâmetros 60 meses em Perímetros Urbanos: Restauração de Pavimento nos segmentos:
 - PU Nova Mutum (BR-163/MT Km 593,24 ao 601,34);
 - PU Sorriso (BR-163/MT Km 745 ao 760);

2.10 Planos de negócios

- PU Sinop (BR-163/MT Km 822,4 ao 839,2).

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

Em 2023, a Companhia não celebrou novos contratos de financiamento. Atualmente, estamos em processo de estruturação de um novo financiamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia não realizou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;
- (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não possui projetos dessa natureza em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Após a troca de controle acionário da Concessionária, que possibilitou a retomada imediata das obras de duplicação, a Nova Rota do Oeste atuou na revisão de seu planejamento estratégico e fortalecimento de sua cultura e valores institucionais. Isso possibilitou dar maior clareza as práticas de ESG já incorporadas na estratégia de atuação e reforçar o compromisso da Concessionária.

Além disso, foram mapeadas oportunidades como fortalecimento da atuação do Comitês de Diversidade, Inclusão e Pertencimento e estruturação da área de Responsabilidade Social como estruturas de apoio a governança; a viabilização de recursos para desenvolvimento de integrantes, realização de ações e projetos relacionados à segurança viária e manutenção de ambiente de trabalho seguro e saudável a todos os integrantes e contratados; a ratificação da Política de Saúde e Segurança no Trabalho; revisão de normativos e acompanhamento de indicadores de desempenho organizacional; manutenção das certificações e obtenção de reconhecimentos institucionais no âmbito da Sustentabilidade, buscando

2.10 Planos de negócios

contribuir de forma positiva para o desenvolvimento das comunidades onde está inserida, além de garantir a segurança e bem-estar de seus integrantes e usuários das rodovias.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção do Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

3.2 Acompanhamento das projeções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para os fins da seção 4 deste Formulário de Referência, a indicação de que um risco pode ter ou terá um "efeito adverso para nós" ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, no resultado das nossas operações, nossas margens, nosso fluxo de caixa e/ou no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

Riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são do nosso conhecimento também poderão ter um efeito adverso para nós.

a) com relação à Emissor

O crescimento futuro da Companhia exigirá o aporte de recursos adicionais sob a forma de dívida ou capital para implementar suas estratégias de crescimento, que poderão não estar disponíveis ou, caso estejam disponíveis, poderão estar em condições insatisfatórias ou sofrer limitações em virtude dos contratos de financiamento da Companhia.

A Companhia necessita de investimentos significativos para implementar obras de infraestrutura necessária para operação da rodovia em atendimento ao contrato de concessão e TAC Plano de Ação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiro ou seu acionista suscitaria em incerteza de continuidade operacional da Companhia assim como o seu plano de investimento e de seus negócios, ocasionando desequilíbrio, de forma relevante e adversa os seus resultados financeiros.

O descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade plano de ação celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") pode ensejar em impactos negativos ao contrato de concessão.

Em 04 de outubro de 2022 a Nova Rota e a ANTT celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC" ou "TAC Plano de Ação") ("Anexo IV"), na modalidade "Plano de Ação", tendo por objeto, em resumo: (i) a correção dos descumprimentos de obrigações contratuais acumuladas ao longo da vigência do contrato e resultantes de vários fatores externos, imprevistos e imprevisíveis, assim como de eventuais pendências que estavam em apuração à época pela ANTT, por provocação do Tribunal de Contas da União ("TCU"); (ii) a resolução de pleitos e pretensões entre a Nova Rota e a ANTT, mediante a extinção do passivo regulatório (multas e descontos tarifários), se cumprido integralmente, e a renúncia integral às pretensões, relacionadas ao procedimento arbitral nº CCI 23960/GSS/PFF; e (iii) a viabilização da anuência, da alteração do controle acionário da Companhia, mediante a assunção, pela MTPAR, da posição de controladora acionária.

Por força do TAC Plano de Ação, a Nova Rota reprogramou as suas obrigações inicialmente previstas no Contrato de Concessão, em um prazo total de até oito anos, com metas estabelecidas ano a ano, dentro de um cronograma enxuto e bastante desafiador.

Deste modo, o descumprimento do TAC Plano de Ação, especialmente do cronograma de execução pactuado, tem o condão de acarretar consequências à continuidade operacional da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia e seus administradores podem se tornar réus em diversos processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos, abrangendo questões civis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos regulatórios. Não há garantia de resultados favoráveis e podem surgir

4.1 Descrição dos fatores de risco

custos adicionais com defesa legal, multas e outras penalidades. Tais processos podem afetar negativamente a reputação da Companhia e seus negócios, e podem resultar em impactos financeiros significativos, incluindo paralisação de atividades, inadimplência em dívidas e restrições contratuais com entidades públicas. Além disso, colaboradores e prestadores de serviços podem ser afetados negativamente, prejudicando a operação da Companhia. Para mais informações acerca dos processos judiciais ou administrativos promovidos contra a Companhia, consulte o item 4.3 deste Formulário de Referência.

O término antecipado da concessão pode comprometer a capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e obrigações.

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações contidas no contrato de concessão ou da legislação aplicável poderá gerar a caducidade da concessão, ou seja, a concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre independentemente de indenização prévia, havendo indenização de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, sendo que, neste caso, o valor de eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente pode ser reduzido ou inexistir em razão do desconto do valor das multas contratuais ou de eventuais danos causados pela Companhia. Além disso, tal processo de indenização demanda tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo da concessão.

Adicionalmente, a concessão da Companhia poderá ser extinta antecipadamente por meio de (i) rescisão ou término unilateral em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão; (ii) encampação, por motivos de interesse público; (iii) anulação; (iv) falência ou extinção da Companhia; e (v) caducidade. O parágrafo 6º, do artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões"), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará, para o Poder Concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária.

Ademais, não há garantia de que as obrigações existentes serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão administrada pela Companhia, ela será capaz de honrar suas dívidas e obrigações previamente assumidas, o que poderia impactar de forma adversa e relevante os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

b) Com relação aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não possui fator relevante de risco relacionado ao seu acionista.

c) com relação a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

d) com relação aos seus administradores

A perda de membros da Administração da Companhia pode ter um impacto significativo em suas operações e decisões, especialmente em processos judiciais desfavoráveis envolvendo os Administradores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A manutenção da competitividade da Companhia depende grandemente dos serviços prestados por sua administração. A perda de membros da administração pode prejudicar as operações e afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros. A substituição desses membros por outros com experiência e qualificação equivalentes pode ser difícil, e a Companhia corre o risco de perder sua cultura organizacional.

Os administradores podem se envolver em uma variedade de processos legais, abrangendo diversas áreas como cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental e criminal. Os resultados desses processos podem afetar negativamente a Companhia, inclusive pela impossibilidade de seus administradores continuarem exercendo suas funções.

A cobertura midiática desses eventos também pode impactar adversamente a imagem e reputação da Companhia, tendo consequências para seus negócios.

É difícil prever futuras investigações ou desdobramentos de investigações em curso envolvendo diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. No entanto, tais investigações, alegações ou desdobramentos podem afetar a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a cotação das ações da Companhia.

e) com relação a seus fornecedores

Custos maiores do que os estimados e atrasos nos cronogramas de implantação de projetos podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Os custos de mão de obra e matéria-prima podem aumentar devido a mudanças na economia, condições de crédito, negociações com fornecedores e inadimplência de contratados. Isso pode resultar em custos de construção, operação e manutenção dos projetos da concessionária mais altos do que o previsto, afetando negativamente seu fluxo de caixa e resultados financeiros.

Atrasos nos cronogramas de implantação de projetos.

Interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis, negociações com o poder público, obtenção de licenças ambientais e processos de desapropriação podem causar atrasos nas obras previstas. Isso pode resultar em multas administrativas devido ao descumprimento ou atraso no cumprimento das obrigações contratuais, afetando adversamente os negócios e resultados operacionais da concessionária.

Dependência da terceirização de atividades.

A terceirização de parte das atividades da concessionária pode expô-la a riscos, como rescisão ou não renovação de contratos de prestação de serviços, dificuldades na contratação de prestadores de

4.1 Descrição dos fatores de risco

serviço qualificados a tempo e com preços similares, e possíveis responsabilidades por débitos trabalhistas, fiscais e previdenciários relacionados aos terceiros subcontratados.

Impacto na qualidade e continuidade das atividades.

A falha ou descontinuidade dos serviços prestados pelos terceirizados pode afetar a qualidade e continuidade das operações da concessionária, impactando negativamente seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

f) com relação a seus clientes

A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego na sua arrecadação de Receita de Pedágio.

No momento, praticamente todas as receitas da Companhia são oriundas de pedágios e, portanto, são afetadas por mudanças no volume de tráfego. Volumes de tráfego estão condicionados a diversos fatores, tais como:

- qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da malha viária da Companhia;
- qualidade e estado de conservação das nossas rodovias;
- preço dos combustíveis;
- normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar;
- existência de concorrência de outros meios de transporte e as mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos; e
- desempenho do agronegócio no Estado de Mato Grosso;
- concorrência de outras modalidades.

A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar suas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente seu negócio e sua condição financeira.

g) com relação aos setores da economia nos quais o emissor atue

A redução no tráfego de veículos em decorrência de mudanças adversas nas condições econômicas e socioculturais ou do aumento do preço dos combustíveis afetaria adversamente os negócios, a condição econômico-financeira e o resultado operacional da Companhia.

A redução do tráfego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica, principalmente do agronegócio de Mato Grosso, da inflação, do aumento do preço dos combustíveis, dentre outros. Ressalte-se, também, que tal efeito pode estar diretamente relacionado às circunstâncias pessoais dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

usuários das rodovias ou indiretamente relacionado a uma retração da economia em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais e de passeio.

O nível de tráfego na rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas de rodovias federais e estaduais, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob a administração ou controle da Companhia. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia, seja pelo aumento de preço dos combustíveis, ou ainda por outro fator, poderão afetar adversamente os negócios, a condição financeira e o resultado operacional da Companhia.

A concorrência com rodovias próximas e o desenvolvimento de outros sistemas de transporte podem afetar as receitas da Companhia.

Atualmente, a Companhia não possui, na maior parte de suas áreas de operação, concorrência relevante com outras rodovias diretamente. Contudo, está sujeita à competição de outros modais de transporte para o escoamento de grãos da região, como a malha norte de ferrovias da Rumo S.A., devido aos fatores de atratividade, obtendo assim uma matriz selecionada de viagens que podem migrar para o modo ferroviário.

Entre as cargas que apresentam potencial para essa mudança modal, destacam-se "cereais" como as mais atraídas, seguidas de "adubos (fertilizantes)", "preparações alimentícias diversas" e "Minérios, escórias e cinzas". Essas cargas, comumente destinadas à exportação e percorrendo longas distâncias, têm potencial para migrar para o modal ferroviário devido aos fatores atrativos. A malha ferroviária da Rumo S.A., por meio de seus tramos Rumo Malha Norte (RMN), Rumo Malha Paulista (RMP) e Rumo Malha Sul (RMS), proporciona uma conexão direta entre o Mato Grosso e os principais portos de exportação agrícola do país, quais sejam o Porto de Santos (SP) e o Porto de Paranaguá (PR), podendo afetar o tráfego nas vias pedagiadas da Companhia e, conseqüentemente, reduzir sua receita operacional.

Futuras modificações na malha ferroviária no Estado de Mato Grosso podem alterar o estado atual de concorrência do tráfego pedagiado. Ciente disso, o TAC Plano de Ação previa em sua Cláusula 4.4 que, dentro de 1 (um) ano após o início de sua eficácia, Concessionária e Poder Concedente celebrariam termo aditivo tendo como objeto: (i) a ampliação do prazo do Contrato de Concessão por 5 (cinco) anos, por interesse público e o (ii) estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a rodovia concedida, ainda que tenham sido autorizadas anteriormente à assinatura do presente TAC.

Com objetivo de atender ao disposto na cláusula 4.4 do TAC, e conforme a Deliberação da Diretoria nº 114 de 30 de abril de 2024, foi celebrado entre a ANTT e a Nova Rota, em 03 de maio de 2024, o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2013, que tem por objeto incluir a Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia ("Anexo 11"), a inclusão da

4.1 Descrição dos fatores de risco

subcláusulas 21.2.22 ao Contrato de Concessão, e a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por 5 (cinco) anos.

As operações da Companhia estão localizadas no Brasil, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o governo brasileiro pode vir a adotar no futuro e tampouco pode prevêê-las. Assim, seus negócios, condição financeira e resultados podem ser afetados por intervenções governamentais, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- Controles cambiais e restrições à remessa para o exterior, como os que foram impostos no Brasil em 1989 e no início de 1990;
- Variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumentos nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Pandemias ou endemias, tais como a COVID-19 decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020;
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil, ou que o afetem.

Medidas governamentais para tentar controlar movimentos econômicos, como por exemplo o aumento da taxa básica de juros, bem como a especulação sobre eventuais futuros atos do governo, ou ainda, crises políticas, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sua desaceleração, podendo levar a uma maior volatilidade no mercado financeiro e/ou de capitais doméstico. A ocorrência de qualquer uma dessas hipóteses pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

h) com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seu resultado operacional pode ser afetado adversamente por medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, poder discricionário para determinar os termos e condições aplicáveis à

4.1 Descrição dos fatores de risco

concessão, impondo à Companhia aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A atividade da Companhia, exploração de malha rodoviária, é um serviço público delegado à iniciativa privada por meio de um contrato de concessão firmado com o Poder Concedente. Assim, a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos por leis brasileiras, que conferem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, os termos e condições da concessão. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato de concessão ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, nas hipóteses previstas na legislação, sua condição financeira e seu resultado operacional podem ser afetados adversamente.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medidas tais ações poderão afetar seu resultado operacional. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seu resultado operacional poderá ser adversamente afetado. Entretanto, é importante ressaltar que qualquer ação por parte do Poder Concedente não prevista no Contrato de Concessão é motivo para um reequilíbrio econômico-financeiro com a Companhia.

Os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem tempestivamente um aumento do fluxo de caixa da Companhia.

O contrato de concessão especifica as tarifas que podem ser cobradas e prevê um reajuste periódico dessas tarifas para compensar os efeitos da inflação, além de prever mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro para acomodar alterações imprevistas e subsequentes à assinatura do contrato de concessão. Tais tarifas, porém, estão sujeitas à aprovação do Poder Concedente e a Companhia não pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável e/ou diligente. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão pode ser prolongado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso esse não gere, tempestivamente, uma recomposição de fluxo de caixa, os negócios e resultados financeiro e operacional da Companhia podem ser afetados relevante e adversamente.

Os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão podem ser implementados com atraso e/ou não gerar aumento no fluxo de caixa no montante esperado ou tempestivamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As leis e o contrato de concessão asseguram o direito de ambas as partes (Companhia e Poder Concedente) à preservação do equilíbrio econômico-financeiro, respeitando a alocação de riscos disposta no contrato. Ou seja, em caso de materialização de algum risco alocado ao Poder Concedente, a Companhia terá direito a recomposição do equilíbrio-financeiro, cabendo ao Poder Concedente a definição da forma, podendo ser: (i) modificação do valor da tarifa de pedágio; (ii) pagamento à Concessionária, pelo Poder Concedente, de valor correspondente aos investimentos, custos ou despesas adicionais; (iii) modificação de obrigações contratuais; ou (iv) estabelecimento ou remoção de cabines de bloqueio, bem como alteração da localização de praças de pedágio.

i) com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui operações no exterior.

j) com relação a questões sociais

Impacto das operações nas comunidades locais.

Questões como geração de empregos locais, políticas de responsabilidade social corporativa e contribuições para o desenvolvimento socioeconômico local podem afetar a imagem e reputação da Concessionária em comunidades nas quais suas operações têm influência.

Gestão de relações trabalhistas.

Questões como práticas de trabalho justas, segurança no local de trabalho, remuneração adequada e oportunidades de desenvolvimento profissional podem influenciar a reputação e o desempenho de uma empresa.

Segurança viária.

A segurança dos usuários da rodovia é um de nossos valores mais determinantes. Acidentes podem afetar a reputação da concessionária, gerar custos de indenização e prejudicar a confiança do público na infraestrutura.

k) com relação a questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de saúde e de segurança que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores despesas com investimentos de capital.

A Companhia está sujeita também à ampla legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, de segurança do trabalho e da saúde ocupacional de seus integrantes. O cumprimento das legislações vigentes é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância ao que preceitua referida legislação. A aprovação de leis e regulamentos referentes à proteção do meio ambiente, à saúde e à segurança dos integrantes e terceirizados pode criar padrões mais rígidos de conduta, acarretando investimentos substanciais por parte da Companhia e causando um efeito material adverso sobre a condição financeira, os negócios e o resultado operacional da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade de atender as exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Acidentes na rodovia envolvendo produtos perigosos.

Derramamentos de produtos químicos perigosos podem contaminar o solo, a água e o ar, causando danos significativos aos ecossistemas locais e à vida selvagem. Dependendo da extensão do vazamento e da toxicidade dos materiais envolvidos, pode ser necessária uma resposta de limpeza complexa, causando interrupções significativas no tráfego de longo prazo para mitigar os danos ambientais.

l) com relação a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Acidentes geológicos e mudanças climáticas nas rodovias operadas pela Companhia podem afetar negativamente a sua condição financeira e o seu resultado operacional.

Algumas das áreas por onde passam as rodovias operadas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, que podem causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, podendo provocar a interdição das pistas.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução de obras, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas de investimentos da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, os parâmetros de desempenho estipulados no Programa de Exploração da Rodovia – PER (anexo do Contrato de Concessão), poderá sofrer variações e/ou atrasos, conseqüentemente desconto de reequilíbrio e multas administrativas por parte do Poder Concedente.

m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia entende que não há outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os principais fatores de risco da Companhia, dentre os mencionados anteriormente e na opinião de seus Administradores, são os seguintes (sem ordem de relevância):

- O risco de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade plano de ação celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT");
- O risco financeiro, que pode ser afetado pela oscilação da demanda de tráfego de veículos no Sistema Rodoviário e custos operacionais;
- O risco de alterações significativas na regulação do setor em que a Companhia atua;
- O risco de concorrência de modais alternativos ao Sistema Rodoviário sob administração da Concessionária;
- O risco sobre as medidas políticas e econômicas que o governo brasileiro pode vir a adotar no futuro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	17.547	3.979
Fornecedores - partes relacionadas	389	-
Mútuos - partes relacionadas	-	456.138
Empréstimos e financiamentos	953.074	-
Total de Obrigações	971.010	460.117

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Tabela 1. Saldo em dez/22 das obrigações em aberto no Passivo da Nova Rota. Elaboração própria.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	48.843	16.321
Fornecedores - partes relacionadas	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.008.727
Total de Obrigações	48.843	1.025.048

Tabela 2. Saldo em dez/23 das obrigações em aberto no Passivo da Nova Rota. Elaboração própria.

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

Mediante a troca de controle acionário, a Companhia está em negociação com seu novo credor para definição dos termos e condições para reestruturação de endividamento. Dessa forma, não há sensibilidades tangíveis a se apurar para este exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quanto ao seu endividamento.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de rating de crédito como empresas de excelente crédito.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A política da Companhia é de registrar provisões para contingências legais, com base no julgamento da Administração e no parecer dos advogados, quando o risco de perda for provável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável correspondia a R\$ 4.257 mil, sendo em ações de natureza cíveis R\$ 4.150 mil, trabalhistas de R\$ 107 mil.

No encerramento do exercício de 2023, os processos considerados como probabilidade de perda possíveis, totalizando o montante de R\$ 5.271 mil, sendo em ações cíveis R\$ 3.748 mil, e trabalhistas de R\$ 1.523 mil.

Os processos que, individualmente, envolverem matérias que, caso decididas desfavoravelmente à Companhia, podem impactar negativamente suas operações ou imagem, são considerados relevantes para seus negócios e, portanto, foram descritos abaixo.

I. Contingências Trabalhistas

Não há contingências trabalhistas relevantes a se destacar.

II. Contingências Cíveis

Apresentamos abaixo a descrição do processo considerado individualmente relevante para os negócios da Companhia na avaliação da sua Administração:

Processo nº 1004068-45.2018.4.01.3600	
Juízo	2ª Vara Federal Cível da SJMT
Instância	Judicial
Data de instauração	14/09/2018
Partes no processo	Autor: Concessionária Rota do Oeste S.A. Ré: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aprox. R\$ 302.933 mil
Principais fatos	Ação que objetiva a declaração da legalidade da cobrança pela utilização da faixa de domínio da rodovia e a obrigação da Energisa ao pagamento das parcelas pela ocupação vencidas e vincendas, assim como a assinatura dos contratos pendentes e entrega dos projetos executivos.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença de procedência parcial. O tribunal considerou legal e exigível a cobrança pelo uso das faixas de domínio da rodovia BR-163-MT, concedida à parte autora. A ré foi condenada a pagar parcelas vencidas e futuras de contratos para instalação de linhas elétricas em diferentes quilômetros da

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	rodovia. Os valores serão determinados conforme normas da ANTT e do Manual de Orientação da Justiça Federal.
Estágio do processo	Fase recursal e em cumprimento provisório de sentença.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está relacionada à considerável receita acessória auferível, nos termos do contrato de concessão.
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.

III. Contingências Ambientais

Apresentamos abaixo a descrição do processo considerado individualmente relevante para os negócios da Companhia na avaliação da sua Administração:

Auto de Infração nº 0389	
Juízo	Secretaria de Meio Ambiente de Rondonópolis / MT - SEMMA
Instância	Primeira
Data de instauração	12 de abril de 2016
Partes no processo	Autor: SEMMA Ré: Concessionária Rota do Oeste S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.500.000,00
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado em razão de constatação de deposição irregular de resíduos de asfalto. Protocolo de defesa administrativa. Aguardando apreciação para revisão da multa aplicada.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Processo pendente de decisão de mérito
Estágio do processo	Defesa administrativa apresentada.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está relacionada ao valor da causa e ao tema debatido.
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.

IV. Contingências Tributárias

Na presente data, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza tributária (i) cuja probabilidade de perda seja considerada como provável e, portanto, não há provisão de valores para processos tributários; e (ii) que sejam, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, considerados relevantes para os seus negócios.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Considerando que os processos inseridos no item 4.4 cuja probabilidade de perda seja remota para Companhia, seguindo as orientações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram registrados provisão para contingência no Balanço Patrimonial.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 deste relatório.

4.7 Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui processos reconhecidos como Outras Contingências, portanto, não foram registradas outras contingências no Balanço Patrimonial.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

5.2 Descrição dos controles internos

a) **as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

b) **as estruturas organizacionais envolvidas**

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) **se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

d) **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes durante avaliação de seus trabalhos não identificaram nenhuma deficiência de controle interno que pudesse ser considerada significativa e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base no Relatório do Auditor Independente, consideramos que os critérios e premissas adotadas fornecem conforto razoável em relação a confiabilidade no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

e) **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme Relatório do Auditor Independente, não foram identificadas deficiências relevantes ou críticas nos controles internos da Companhia.

5.3 Programa de integridade

- a) **se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A Companhia possui, dentro do seu programa de conformidade, um conjunto de políticas e normativas endereçando diversos temas como anticorrupção, recebimento de brindes, presentes, entretenimento e/ou hospitalidade, relacionamento com agentes públicos, remuneração de integrantes, compras e contratações, viagens/deslocamentos/refeições, recrutamento e seleção, análise reputacional, segurança da informação, medidas disciplinares, ambiente de trabalho, conflito de interesses, alçadas de pagamento, reembolso de despesas e adiantamento a integrantes, concorrencial, doações e patrocínios e fechamento contábil. Esses normativos são revisados periodicamente em função dos riscos mapeados e aprimoramento do seu ambiente de controle advindas, dentre outras das recomendações resultantes de processos investigativos originados através de relatos recebidos através da Linha de Ética.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:**

As ações de consolidação e desenvolvimento do programa de conformidade são conduzidas pelo Gerente de Conformidade, com reporte ao Diretor Presidente da Companhia e apoio do Comitê de Ética.

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

A Companhia possui um código de ética e conduta. O documento é amplamente comunicado a todos os integrantes e seus terceiros.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os integrantes da Companhia são capacitados quando iniciam as atividades laborais. Mensalmente os

5.3 Programa de integridade

integrantes são informados por meio de comunicados e/ou treinamentos sobre temas constantes na política de conformidade.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

A previsão de sanções aplicáveis aos integrantes da Companhia encontra-se definida na normativa de medidas disciplinares, sendo estas aplicadas conforme gravidade da violação, podendo variar entre feedback, advertência verbal, advertência escrita, suspensão ou demissão com ou sem justa causa.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

A atualização da Política de Conformidade e do Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia à época, em 05/2021. Considerando a troca do poder acionário, esse documento também foi submetido à aprovação dos novos controladores em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 05 de junho de 2023 (PD.CA.CRO 13/2023). O Código de Conduta está acessível na seção dedicada ao canal de ética no site da Nova Rota, bem como na rede pública corporativa, garantindo fácil acesso a todos os colaboradores e terceiros.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

O sistema de recebimento de denúncias é administrado por uma empresa terceirizada especializada e independente, com o objetivo de assegurar o anonimato e a confidencialidade dos denunciadores.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O canal está aberto e disponível 24h/dia, em todos os dias da semana, para o recebimento de denúncias de terceiros e integrantes/empregados. As denúncias podem ser realizadas por contato telefônico no número 0800 377 8026 ou pelo site oficial da empresa (<https://novarotadooeste.com.br/>).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciadores de boa-fé;**

Sim. Conforme descrito acima, o Canal Linha de Ética é gerenciado por uma empresa terceirizada, cujo sistema impede a identificação de denunciante anônimo. Além disso, a diretriz acerca da proibição de retaliação à denunciadores é expressamente indicada na Política de Conformidade, Código de Ética e Conduta e Instrução Normativa sobre Gestão do Canal de Ética da Companhia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;**

5.3 Programa de integridade

A equipe da área de Conformidade da Companhia é a responsável pela apuração das denúncias. Todos os relatos são apresentados ao comitê de ética da Companhia para acompanhamento e, conforme o caso, deliberação.

- **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Sim. A Companhia possui Instrução Normativa de Análise Reputacional de Terceiros e realiza o referido procedimento em suas contratações com fornecedores e outros terceiros relacionados.

- c) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:**

Em relação a esse assunto, a Companhia possui uma Instrução Normativa que aborda diretrizes Anticorrupção e Suborno, bem como um documento que fornece orientações detalhadas sobre a interação com Agentes Públicos.

5.4 Alterações significativas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.					
17.816.442/0001-03	Brasil	Sim	Sim	08/08/2024	
Não	Wener Kesley dos Santos		Física	953.137.881-91	
2.031.810.533	100,000	0	0,000	2.031.810.533	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	2,031,810,533	100.000	100.000	100.000	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.031.810.533	100,000	0	0,000	2.031.810.533	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.				17.816.442/0001-03		
ESTADO DE MATO GROSSO						
03.507.415/0001-44	Brasil	Sim	Sim	08/08/2024		
Não	ESTADO DE MATO GROSSO		Juridica	03.507.415/0001-44		
2.031.810.533	100,000	0	0,000	2.031.810.533	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	2,031,810,533	100.000	100.000	100.000		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.031.810.533	100,000	0	0,000	2.031.810.533	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ESTADO DE MATO GROSSO				03.507.415/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/08/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Tabela padronizada.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Tabela padronizada.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não se aplica.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não se aplica.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 7	0	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome Guilherme Rehder Quintella **CPF:** 030.249.058-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 11/02/1961

Experiência Profissional: Economista, possui ampla experiência em grandes empresas nos Conselhos de Administração (Rumo S.A. 2009-2017, IUC Rail 2011-Atual, Contrail S.A. 2012-Atual) e Diretoria Executiva (EDLP 2004-Atual). Conselheiro da Nova Rota do Oeste desde maio de 2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS **CPF:** 459.977.991-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/06/1968

Experiência Profissional: José Aparecido dos Santos é empresário e político brasileiro, filiado ao Partido da República (PR). Foi prefeito de Nova Marilândia (MT) entre 1993 e 1996 e entre 2001 e 2008. Presidiu a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) nos biênios 2005/2006 e 2007/2008. Nas eleições de 2010, foi eleito primeiro suplente de Blairo Maggi ao Senado Federal. Assumiu o cargo em diversas oportunidades, sendo a última em virtude da nomeação de Maggi para ocupar o Ministério da Agricultura do governo Michel Temer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Presidente do Conselho de Administração		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome Luciano Uchoa Carneiro da Cunha **CPF:** 022.619.034-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/07/1976

Experiência Profissional: Mais de 20 anos de experiência com orçamentação, planejamento e análise de viabilidade técnico-econômica de projetos (CAPEX e OPEX), gerenciamento de obras de construção pesada: rodovias, obras de infraestrutura urbana, projetos de mineração e obras industriais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome LUIZ CARLOS MOREIRA LIMA **CPF:** 054.371.678-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 28/10/1964

Experiência Profissional: Administrador, possui ampla experiência no mercado financeiro, previdência privada e gestão de recursos. Conselheiro da Nova Rota do Oeste desde maio de 2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA **CPF:** 161.913.661-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/01/1956

Experiência Profissional: Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (SINFRA-MT) desde 2019, quando foi nomeado pelo Governador Mauro Mendes, até hoje. Conselheiro da Nova Rota do Oeste desde maio de 2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome ROGÉRIO LUIZ GALLO **CPF:** 531.308.471-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 15/09/1976

Experiência Profissional: Rogério Gallo é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-graduado em Direito Tributário pela UFMT e em Direito Público pela Unirondon. É também mestre em Direito Ambiental pela UFMT. Desde 2002 é procurador do Estado de Mato Grosso. De 2013 a 2016 atuou como Procurador Geral do Município de Cuiabá. Entre 2015 e 2016 exerceu interinamente, em diversas ocasiões, o cargo de prefeito de Cuiabá. De 15 de janeiro de 2017 a 15 janeiro de 2018 atuou como procurador geral do Estado. Foi conselheiro da secção de Mato Grosso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MT. Atuou como secretário de Fazenda em 2018 e permaneceu no cargo durante o mandato governador Mauro Mendes até abril de 2022, quando se tornou secretário-chefe da Casa Civil, retornando à Sefaz em dezembro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2024	Sim	02/05/2023

Nome WILSON FERREIRA MEDEIROS **CPF:** 069.146.617-31 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/09/1975

Experiência Profissional: Possui 25 anos de experiência com gestão de operações em Concessões Rodoviárias. Responsável por Operações na Nova Rota do Oeste há mais de 10 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2024	Até a 1ª AGO de 2026.	Outros Diretores	Diretor Estatutário de Operações	24/04/2024	Sim	02/05/2023

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não apresenta membros de comitês estatutários, assim como comitês de auditoria, de risco, financeiro, e de remuneração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.7 Acordos/seguros de administradores

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.8 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 7 do Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	740.000,00	1.420.927,37		2.160.927,37
Benefícios direto e indireto	0,00	73.294,49		73.294,49
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	148.000,00	307.253,36		455.253,36
Descrição de outras remunerações fixas	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.729.274,51		1.729.274,51
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	29.459,67		29.459,67
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	888.000,00	3.560.209,40		4.448.209,40

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	3,00		4,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	2.305.867,78		2.425.867,78
Benefícios direto e indireto	864,24	100.865,81		101.730,05
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	24.000,00	461.170,03		485.170,03
Descrição de outras remunerações fixas	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.325.967,60		2.325.967,60
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	96.494,05		96.494,05
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	144.864,24	5.290.365,27		5.435.229,51

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	3,00		4,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	110.000,00	2.819.379,99		2.929.379,99
Benefícios direto e indireto	0,00	80.058,62		80.058,62
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	22.000,00	709.302,38		731.302,38
Descrição de outras remunerações fixas	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos.	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.087.171,89		3.087.171,89
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	120.148,41		120.148,41
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	132.000,00	6.816.061,29		6.948.061,29

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.7 Opções em aberto

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.10 Outorga de ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.12 Precificação das ações/opções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.13 Participações detidas por órgão

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.14 Planos de previdência

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

A Companhia remunerou em 2023 80,1% a membros da Diretoria Estatutária. Não há Conselho Fiscal instaurado na Companhia.

Órgão	2023	2022	2021
Conselho de Administração	19,9%	2,7%	1,9%
Diretoria estatutária	80,1%	97,3%	98,1%
Conselho fiscal	0%	0%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

Exercício social 2023 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2022 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2021 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria: auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, e revisão de informações intermediárias, com base na NBC TR 2410, relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Serviços de auditoria – R\$ 490.600,00 (quatrocentos e noventa mil e seiscentos reais), líquidos de impostos sobre o faturamento.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

O Auditor que têm relações comerciais e/ou sociais com a Companhia são solicitados a aderirem conhecimento na Instrução sobre Conflitos de Interesses na fase de negociação, renovação ou revisão do contrato, projeto, transação ou contratação, ou durante o curso do contrato, projeto, transação ou contratação, que possam revelar quaisquer conflitos de interesses, reais ou potenciais, inclusive os conflitos de seus empregados que ocupam cargos com poder de decisão, e de suas subcontratadas e agentes.

Deverão ainda, permitir que a Companhia realize avaliações ou auditorias de conflitos de interesses conforme considerar necessário para proteger seus interesses e preservar a integridade das relações.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 9 do Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	13	49	0	0	0
Não-liderança	389	377	0	0	0
TOTAL = 828	402	426	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	1	22	3	36	0	0	0
Não-liderança	4	143	32	572	0	0	15
TOTAL = 828	5	165	35	608	0	0	15

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	6	50	6
Não-liderança	270	459	37
TOTAL = 828	276	509	43

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	62	0	0	0
Não-liderança	0	0	766	0	0	0
TOTAL = 828	0	0	828	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	402	426	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 828	402	426	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	5	165	35	608	0	0	15
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 828	5	165	35	608	0	0	15
-------------	---	-----	----	-----	---	---	----

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	276	509	43
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 828	276	509	43

10.1 Descrição dos recursos humanos

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.2 Alterações relevantes

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CNO SA	01/03/2014	307.174,54	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	0,000000

Relação com o emissor Sociedade sob controle comum da Odebrecht S.A. A partir de 02/05/2023, deixou de ser Parte Relacionada.

Objeto contrato Rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CN

Garantia e seguros Não há.

Rescisão ou extinção Com a troca de controle acionário em 02 de maio de 2023, o contrato com o prestador de serviço foi descontinuado ou está em vias de descontinuação. Os valores apresentados nos campos "Montantes Envolvidos" e "Saldos existentes" são parciais, levando em consideração o recorte temporal de janeiro a maio de 2023 devido não caracterização como parte relacionada após a troca de controle.

Natureza e razão para a operação Saldo existente a ser utilizado é contratual, não houve movimentação para o exercício.

Posição contratual do emissor Outra

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MTPar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	02/05/2023	1.008.727.139,36	1.008.727.139,36	N.ão .apl.icá.vel	Indeterminado. Instrumento que regra as condições de duração está em negociação com o Credor.	0,000000
Relação com o emissor	Fundo de Investimento da atual controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Títulos creditórios cedidos integralmente pelos antigos credores da Concessionária					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Indeterminado. O instrumento que regra as condições de rescisão está em negociação com o Credor.					
Natureza e razão para a operação	Renegociação do Endividamento anterior à troca de controle com a MTPAR. O instrumento que regra as condições de duração está em negociação com o Credor.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	30/12/2015	141.402.059,05	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125
Relação com o emissor	Antiga acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	23/02/2016	19.101.563,01	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125
Relação com o emissor	Antiga acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	14/03/2016	15.085.777,73	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125
Relação com o emissor	Antiga acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	28/03/2016	20.105.250,99	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125

Relação com o emissor Antiga acionista controladora da Companhia.

Objeto contrato Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia

Garantia e seguros Não há

Rescisão ou extinção Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.

Natureza e razão para a operação Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.

Posição contratual do emissor Devedor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	08/07/2016	20.221.935,74	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125

Relação com o emissor Antiga acionista controladora da Companhia.

Objeto contrato Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia

Garantia e seguros Não há

Rescisão ou extinção Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.

Natureza e razão para a operação Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.

Posição contratual do emissor Devedor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	06/06/2019	12.353.370,12	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125

Relação com o emissor Antiga acionista controladora da Companhia.

Objeto contrato Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia

Garantia e seguros Não há

Rescisão ou extinção Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.

Natureza e razão para a operação Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.

Posição contratual do emissor Devedor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	18/06/2019	24.706.740,24	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125

Relação com o emissor Antiga acionista controladora da Companhia.

Objeto contrato Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovia

Garantia e seguros Não há

Rescisão ou extinção Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.

Natureza e razão para a operação Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.

Posição contratual do emissor Devedor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Rodovias S.A	01/09/2016	1.661.735,31	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	0,000000
Relação com o emissor	Antiga acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Acordo de Rateio de Despesas de serviços compartilhados dos serviços prestados pela "Rota+" de Pessoal, Suprimentos, Tesouraria, Contabilidade, Fiscal e Sustentabilidade					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Com a troca de controle acionário em 02 de maio de 2023, o contrato com o prestador de serviço foi descontinuado ou está em vias de descontinuação. Os valores apresentados nos campos "Montantes Envolvidos" e "Saldos existentes" são parciais, levando em consideração o recorte temporal de janeiro a maio de 2023 devido não caracterização como parte relacionada após a troca de controle.					
Natureza e razão para a operação	As partes integram o mesmo grupo econômico e estão sob controle comum, ainda que indireto, da Odebrecht Transport S.A. As partes incorrem em despesas com similaridade ou complementaridade de natureza das operações. A Rota+ é a empresa que dispõe de estrutura organizacional para atuar em negócios e operações, em geral, contando com pessoal especializado, e com prestadores de serviço terceirizados, cujos benefícios aproveitem às demais empresas. Do ponto de vista da racionalidade organizacional e sob o princípio da economia de escala, a superposição de estruturas operacionais e administrativas voltadas para funções e atividades idênticas, acarretaria pesados dispêndios para ambas as Partes.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Odebrecht Transport S.A.	24/06/2016	37.424.544,03	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	125
Relação com o emissor	Antiga acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Transpor					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Os créditos dos contratos de mútuos entre a Concessionária e seu acionista anterior foram integralizados no Capital Social em 02 de maio de 2023. A integralização foi precedida de quitamento parcial do saldo devedor dos mútuos, sendo ambos os eventos impostos pelas condições precedentes no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre o acionista anterior e seu novo acionista.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vexty Previdência	12/09/2019	321.738,46	0	N.ão .apl.icá.vel	Encerrado em 02/05/2023	0,000000

Relação com o emissor Previdência complementar da Companhia. A partir de 02/05/2023, deixou de ser Parte Relacionada.

Objeto contrato Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia, Origem da fundação Odebrecht Previdência

Garantia e seguros Não há.

Rescisão ou extinção Apesar da troca de controle acionário em 02 de maio de 2023, o contrato com o prestador de serviço se manteve prezando a continuidade dos benefícios oferecidos aos funcionários da Concessionária. Os valores apresentados nos campos "Montantes Envolvidos" e "Saldos existentes" são parciais, levando em consideração o recorte temporal de janeiro a maio de 2023 devido não caracterização como parte relacionada após a troca de controle.

Natureza e razão para a operação Benefício de previdência complementar.

Posição contratual do emissor Outra

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Qualquer acionista está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, bem como de atuar em qualquer operação ou negócios na mesma situação de conflito de interesse.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é vedado (i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para os acionistas e/ou demais partes relacionadas da Companhia, exceto se for a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado; (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas; e (iii) a qualquer acionista intervir em deliberação em que possua ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

Além disso, as operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões de mercado e amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições com base no estrito interesse da Companhia.

As operações da Companhia, especialmente aquelas realizadas no passado com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas, caso ocorram, serão realizadas com o intuito de melhorar seu desempenho e levarão sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização, quitação, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observarão condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 11 do Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
08/08/2024	0	2.031.810.533,01
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
2.031.810.533	0	2.031.810.533

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há número de titulares de valor mobiliário.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não está listada em qualquer segmento da B3 e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 12 do Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	Alteracao - Aumento do Capital Social da Companhia

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto no parágrafo 4º do artigo 25 da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, declara que estão atualizadas no Formulário de Referência de 2024 os campos de quantidade de ações dos Acionistas Controladores (item 6) após aumento do capital social ocorrido em 08 de agosto de 2024.

Cuiabá, 13 de agosto de 2024.

DocuSigned by:

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

A9E543DE9EB5438...

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: F928C5570C9943319C00A63AA9B4C589
 Assunto: 20240813. Declaração - Reapresentação (nao assinada).pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 1 Assinaturas: 1
 Certificar páginas: 4 Rubrica: 0
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Maiuna da Rosa Fontana
 Av. MIGUEL SUTIL 15160
 Cuiaba, Mato Grosso 78025-700
 maiunafontana@rotadooeste.com.br
 Endereço IP: 201.24.128.211

Rastreamento de registros

Status: Original 13/08/2024 10:11:07
 Portador: Maiuna da Rosa Fontana
 maiunafontana@rotadooeste.com.br
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
 lucianocunha@rotadooeste.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 A9E543DE9EB5438...

Registro de hora e data

Enviado: 13/08/2024 10:12:26
 Visualizado: 14/08/2024 10:06:11
 Assinado: 14/08/2024 10:06:23

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 201.24.128.211

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 30/07/2020 11:29:08
 ID: 2cc42ba4-de23-4fb7-bb1a-6481a2752401

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13/08/2024 10:12:26
Entrega certificada	Segurança verificada	14/08/2024 10:06:11
Assinatura concluída	Segurança verificada	14/08/2024 10:06:23
Concluído	Segurança verificada	14/08/2024 10:06:23
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Rota do Oeste (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Rota do Oeste:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: magalhaes@rotadooeste.com.br

To advise Rota do Oeste of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Rota do Oeste

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Rota do Oeste

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Rota do Oeste as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Rota do Oeste during the course of your relationship with Rota do Oeste.